



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
NÚCLEO DE CADASTRO - NUCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/CE

Decisão nº 39841999/2025-NUCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/CE

Processo: **08270.013079/2023-65**

Autuado: **HERNANI DA CONCEICAO GASPAR CAMUEGE**

Assunto: **DECISÃO DE 2<sup>a</sup> INSTÂNCIA**

**DEFESA**

Após recurso da parte autuada, foi proferida decisão de 1<sup>a</sup> instância mantendo o **Auto de Infração/Termo Notificação nº 0328\_00434\_2023**, por ser ato administrativo perfeito, válido e eficaz, estando em pleno acordo com o princípio da legalidade. O autuado, após decisão de 1<sup>a</sup> instância, foi revel, não tendo apresentado defesa escrita no prazo legal de 10 (dez) dias, conforme **Art. 110, "caput", da Lei 13.445/2017 c/c Art. 309, § 8º, do Decreto 9.199/2017 c/c Art. 59 da Lei 9.784/99**. Após o decurso do prazo para recurso à 2<sup>a</sup> instância, o presente processo administrativo retornou para apreciação.

**FUNDAMENTAÇÃO E JULGAMENTO**

A decisão de 1<sup>a</sup> instância, após recurso da parte autuada, manteve o auto de infração. Vieram os autos do presente processo administrativo a esta 2<sup>a</sup> instância, com fundamento no **Art. 309, §8º, do Decreto 9.199/2017**, porém, desta feita, à **revelia** do autuado. Assim, utilizando-me dos efeitos do instituto da revelia, reputo verdadeiro e eficaz o ato administrativo praticado, qual seja, a lavratura do **Auto e Infração e Notificação nº 0328\_00434\_2023**, por ser essa a consequência legal lógica, consoante disposto no **Art. 344 da Lei 13.105/2015 (aplicação por analogia)**. Some-se a isso, o fato de os atos administrativos gozarem de presunção de legalidade/veracidade. Isto é, todos os atos administrativos que são lavrados presumem-se de acordo com a lei. Logo, não há dúvidas de que o Auto de Infração e Notificação aplicado ao estrangeiro revel é um ato revestido de legalidade, figurando como ato administrativo perfeito, válido e eficaz. Ademais, a multa imposta não desbordou dos parâmetros legais constantes do **Art. 108 da lei 13.445/2017 c/c Art. 301 do Decreto 9.199/2017**. Assim sendo, esta instância recursal é favorável à **MANUTENÇÃO** do referido **Auto de Infração/Termo Notificação nº 0328\_00434\_2023**, por ser **ato administrativo perfeito, válido e eficaz**, estando em conformidade com o que dispõe os **parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 309, do Decreto 9.199/2017, bem como os princípios da legalidade e da presunção de veracidade**.

**CIÊNCIA**

Notifique-se o autuado da presente decisão. Ademais, proceda-se as conclusões de praxe com o lançamento/manutenção da dívida no sistema SONAR e a abertura do prazo de **30 dias para pagamento do débito**, conforme exposto no **§10 do Art. 309, do Decreto 9.199/2017**. Após, em não havendo a quitação da multa, promover o encaminhamento do procedimento à Fazenda Nacional para os devidos fins legais.

**ALEXSANDRA OLIVEIRA MEDEIROS REIS**  
Delegada de Polícia Federal  
Chefe da DELEMIG/DREX/SR/PF/CE



Documento assinado eletronicamente por **ALEXSANDRA OLIVEIRA MEDEIROS REIS**,  
**Delegado(a) de Polícia Federal**, em 20/02/2025, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com  
fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?  
acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=39841999&crc=2F25DFFE](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=39841999&crc=2F25DFFE).  
Código verificador: **39841999** e Código CRC: **2F25DFFE**.

---

Referência: Processo nº 08270.013079/2023-65

SEI nº 39841999



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
NÚCLEO DE CADASTRO - NUCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/CE

## NOTIFICAÇÃO

Sr(a).

**HERNANI DA CONCEICAO GASPAR CAMUEGE**

Fica notificado que esta 2<sup>a</sup> instância mantém a decisão de 1<sup>a</sup> instância de **INDEFERIMENTO** da sua Defesa, referente ao Auto de Infração nº **0328\_00434\_2023**, protocolo nº **08270.013079/2023-65**.

Assim, considerando tratar-se de decisão final, sem possibilidade de instância administrativa a recorrer, o(a) senhor(a) deverá providenciar o pagamento da multa no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a partir da publicação desta notificação no site da Polícia Federal, sob pena de encaminhamento do Auto de Infração à Procuradoria da Fazenda Nacional para procedimentos de inscrição na dívida ativa da União, conforme estabelece o **Art. 309, §11 do Decreto 9.199/2017**, além de manutenção de registro de multa no Sistema Operacional de Alertas e Restrições (SONAR).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **ONOFRE DE SOUSA FERREIRA, Agente de Polícia Federal**, em 25/02/2025, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=39991997&crc=FCF6D5A0](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=39991997&crc=FCF6D5A0).  
Código verificador: **39991997** e Código CRC: **FCF6D5A0**.